

OPORTUNIDADE ESPETACULAR!

***Roberto Rodrigues**

Investidores do mundo todo têm procurado terras para comprar ou arrendar no Brasil, com o objetivo de produzir alimentos, energia ou fibras, e pensando no negócio imobiliário no longo prazo.

Este interesse está baseado em duas premissas.

A primeira é o estudo publicado pela OCDE no fim do ano passado, segundo o qual nos próximos 10 anos será necessário aumentar em 20% a oferta global de alimentos para atender à demanda explosiva devida ao incremento da renda per capita e da população nos países emergentes. O estudo aponta que para o mundo cumprir esta meta de 20% em 10 anos, o Brasil precisa crescer 40%, o dobro da média mundial. Tal expectativa se deve ao fato de termos muita terra ainda disponível para agricultura, termos a melhor tecnologia tropical do planeta e, adicionalmente, um produtor rural eficiente e competitivo. Aliás, trabalho feito pelo Reino Unido ainda mais recente que o da FAO, usando o horizonte de 20 anos – e não apenas 10 – indica que a oferta de alimentos deve crescer 40% e a de energia 50%. E, evidentemente, dado o alarmante problema do aquecimento global, a agroenergia – por ser renovável e emitir muito menos CO₂ do que os combustíveis fósseis (como o petróleo) – terá um papel cada vez mais relevante. E de novo, o Brasil surge como grande supridor deste produto e principal indutor da sua produção e consumo em outros países tropicais. Resta ainda, dentro desta premissa, apontar outro fato dramático: a grande dificuldade da humanidade no século XXI é compatibilizar a crescente oferta de produtos agrícolas com a preservação dos recursos naturais, dentro do que se chama sustentabilidade. Ora, o Brasil já fez esta lição de casa. Basta olhar os números: em 20 anos, nossa área plantada com grãos aumentou 29%, e a produção, 166%. Com isso, poupamos mais de 50 milhões de hectares de florestas.

A segunda premissa é dada pelo alto preço dos alimentos em todo o mundo, sinalizando um período interessante de bons lucros na atividade rural. Os preços estão elevados por várias razões. A demanda cresceu e a oferta não acompanhou este crescimento, inclusive por questões climáticas em várias regiões do mundo. Com isso, os estoques caíram e os preços subiram, como é natural. Mas, além deste fundamento essencial, a especulação também contribuiu para a alta. Por outro lado, o protecionismo agrícola exacerbado executado pelos países ricos inibe a competição leal, criando barreiras muito pesadas para os países em desenvolvimento acessarem os mercados.

É bem verdade que preços elevados atraem produtores de todos os países em busca de lucros, de modo que, se o clima correr bem, em pouco tempo (de dois a três anos), o estoque estará equilibrado e os preços voltarão a cair. Com um dado: os custos de produção estarão mais altos, porque os insumos sempre ficam mais caros quando os produtos agrícolas encarecem.

E aí, tome endividamento e renegociação de dívida.

De toda maneira, o cenário é bastante favorável no Brasil, e esta oportunidade espetacular não pode ser perdida.

Mas não há garantia de que será aproveitada.

Não obstante as 3 vantagens comparativas já apontadas – terra disponível, tecnologia sustentável e gente competente – temos uma série de gargalos recorrentes, que não são atacados com a necessária visão estratégica.

É o caso da nossa precária logística, observada ano após ano nos portos e rodovias brasileiras; também não temos um programa de renda rural comparado aos países desenvolvidos: falta modernizar o crédito rural, implantar o seguro agrícola (inclusive de renda), reformular a Política de Garantia de Preços Mínimos, entre outras ações. Não temos uma política comercial consistente: na última década pusemos todas as nossas fichas na OMC, mas a Rodada de Doha não saiu do lugar. Neste ponto, uma ação mais agressiva contra os subsídios agrícolas dos países ricos seria necessária. É isso que o Presidente Sarkozy, hoje coordenando o G20, deveria propor. Mas não terá coragem para tanto, e nós temos que ser corajosos neste tema. Não fizemos acordos comerciais bilaterais e perdemos tempo com isso. Não investimos adequadamente em defesa sanitária, um sério calcanhar de Aquiles, e precisamos colocar mais recursos em tecnologia.

Portanto, falta mesmo muita coisa para aproveitarmos esta histórica chance que o mundo nos oferece.

E, por outro lado, além de não haver um apoio articulado para o setor rural, ainda existe muita gente trabalhando contra: o governo impede o capital estrangeiro de comprar terra no Brasil, cria dificuldades em relação à questão ambiental (basta ver a ridícula polêmica em torno do Código Florestal) e não moderniza legislações obsoletas como a trabalhista, a tributária, etc. É o famoso custo Brasil, agravado pela valorização do Real.

Apesar disso tudo, o agronegócio brasileiro vai crescendo aos trancos e barrancos. Em 10 anos, saltou de 6º maior parceiro agrícola global para o 3º lugar. De 21 bilhões de dólares exportados em 2000, pulamos para 74 bilhões em 2010. O saldo comercial do agronegócio é mais que o dobro do saldo comercial total do país. Gera 37% de todos os empregos e corresponde a 23% do PIB nacional.

Temos apenas 72 milhões de hectares cultivados, do total de 851 milhões do território brasileiro todo, e mais 180 milhões de hectares de pastos, dos quais boa parte degradadas podendo ser usada para plantio de florestas ou agricultura.

Em suma, se enfrentarmos os gargalos que nos afligem, geraremos milhões de empregos no país todo, e não apenas no campo, mas também na indústria, no comércio e nos serviços. Afinal, não se produz nada na área rural sem adubo, semente, defensivo, máquinas agrícolas, equipamentos, corretivos; não se transporta nada sem caminhão, trem, trilhos, portos; não se estoca nada sem silos e armazéns; não se faz nada sem crédito, planejamento, assistência técnica, pesquisa e extensão rural. E tudo isso é urbano.

Portanto, o agro move a gigantesca roda da economia nacional e ainda alimenta nossa balança comercial, criando renda para a cidade e o campo, agregando valor na indústria de alimentos e a de energia e fibras, como vestuário, fiação e moda.

Precisamos apenas de uma estratégia de governo, bem clara e articulada. Precisamos de regras não intervencionistas. Com elas, o setor privado fará sua parte com vigor, e ninguém segura o Brasil.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**